

Eixo Temático ET-01-023 - Gestão Ambiental

**O MEIO AMBIENTE E SUA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS:
REFLEXÕES SOBRE A REGIÃO DO CARIRI PARAIBANO**

Ariana da Mota Oliveira¹; Allan Gustavo Freire da Silva²; Carina Seixas Maia Dornelas³; Williams Martinho Soares de Sousa⁴; Edson Francisco Alves Cavalcante⁵

¹ Discente do Curso de Tecnologia em Agroecologia, UFCG/CDSA; ²Mestrando em Desenvolvimento Regional pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB; ³Professora Adjunta na Universidade Federal de Campina Grande/ CDSA; ⁴Tecnólogo em Gestão Pública e chefe na secretaria de Ação Social da Prefeitura de Sumé; ⁵Tecnólogo em Gestão Pública e chefe na secretaria de Ação Social da Prefeitura de Sumé

Resumo: Os problemas ambientais se agravam no município de Sumé e se acentuam em toda a região do cariri paraibano à medida que a Administração Pública desconsidera a necessidade de investimentos na área ambiental. Desse modo, objetivou-se realizar uma análise sobre alguns problemas referentes às questões ambientais e que afetam diretamente a região do Cariri Paraibano, em especial o município de Sumé. O referido trabalho buscou relacionar as questões ambientais com o posicionamento adotado pela Prefeitura Municipal de Sumé para a resolução dos problemas. Para isso, realizou-se análise crítico-científica, através de um estudo bibliográfico e de campo sobre os investimentos realizados pela administração pública municipal, tendo como parâmetro, os balanços orçamentários anuais do poder executivo nos períodos de 2010 a 2012. Verificou-se que na região, existem problemas ambientais intensos, como: áreas degradadas; assoreamento dos rios; e desertificação. De acordo com os balanços orçamentários anuais da prefeitura municipal, não foram realizados nenhum investimento no que compreende a área de Gestão Ambiental. Sendo assim, o atual comportamento da administração pública é um reflexo do quanto nosso estilo de vida e nossas decisões políticas, contribuem para o relapso ambiental e a sua degradação alarmante.

Palavras-chave: Gestão ambiental; Administração pública; Problemas ambientais.

INTRODUÇÃO

O Semiárido Brasileiro compreende um território de 980.133,079 km², com cerca de, 1.133 municípios distribuídos no espaço geográfico de nove unidades da Federação: Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Minas Gerais, e, aproximadamente, 22.598.318 habitantes (SÁ et al., 2010).

É considerado uma das regiões mais ricas em diversidade, porém ainda existem poucos estudos a respeito das suas potencialidades. As peculiaridades que definem este ambiente se traduzem pela heterogeneidade das condições naturais como o clima, solo, topografia e vegetação.

A região semiárida é caracterizada por apresentar um clima com um sistema de chuvas extremamente irregular em sua distribuição, com média de desvio anual, variando de 20% até mais de 50% (PRADO, 2003). Apresenta diversos problemas ambientais devido à degradação, as condições adversas do meio, pelo longo período de seca, pela exploração direta do homem e dos seus animais na Caatinga (ARAÚJO FILHO e CARVALHO, 1996). Apresenta também solos rasos com baixos teores de matéria orgânica, sendo a produtividade dependente dos níveis de fertilidade natural e da possibilidade de mantê-los através da ciclagem de nutriente (SAMPAIO, et al., 1995).

O solo desempenha um papel importante na variação fisionômica da região, na formação das paisagens, como suporte mecânico e no fornecimento de nutrientes e água, essencial para o estabelecimento e desenvolvimento das plantas. A vegetação predominante é a Caatinga, cuja formação se caracteriza como xerófila, lenhosa, decídua, em geral espinhosa, com presença de plantas suculentas e áfilas, variando no padrão arbóreo ao arbustivo e com estrato herbáceo estacional. Assim, suas espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas, que servem como principal fonte de alimento para animais da região.

A Caatinga abrange cerca de 900 mil km², o que corresponde a aproximadamente 54% da região Nordeste e 11% do território Brasileiro (ANDRADE et al., 2006). É um bioma de clima quente e semiárido, com menos de 1000 mm de chuvas anuais, que ocorrem em um período de três a seis meses. A chuva dessa região varia muito de ano para ano, e passando por longo período de “seca” (VELLOSO et al., 2002).

É considerado o bioma menos conhecido da América do Sul, por apresentar, um pequeno número de pesquisas realizadas. No entanto, esta vegetação é caracterizada por uma grande riqueza de diversidade da flora e fauna representada por 932 espécies de plantas, 148 mamíferos e 510 aves, sendo que, muitas destas espécies apresentam ocorrência apenas neste Bioma. Assim, este apresenta um clima semiárido com altas insolações, elevadas temperaturas, altas taxas de evapotranspiração, baixa umidade relativa, forte sazonalidade, distribuição irregular de chuvas e solos rasos (ARAÚJO; SILVA E FERRAZ, 2002).

Nesse sentido, os problemas ambientais ganham atenção especial no meio acadêmico a cada ano e passam a ser um dos assuntos mais importantes a serem debatidos e resolvidos no século XXI. A responsabilidade das questões ambientais estende-se a todos, e os resultados negativos, advindos da não preservação do meio ambiente, já podem ser visíveis nas diversas partes do mundo, com muitas vezes danos irreversíveis para as gerações futuras, comprometendo a saúde das pessoas, animais e plantas.

Exemplos de empresas, bairros, cidades e países, já comprovaram que a preservação ambiental traz lucros, muito mais perenes e consistentes, tanto para quem preserva, como também para toda a sociedade. Governos em todo o mundo tem buscado intensificar fiscalizações com o intuito de coibir atos de empresas que poluem, inclusive multando empresas e pessoas físicas que não cumprem leis específicas no trato ambiental.

Neste ponto, torna-se fundamental, para a tomada de decisão e a elaboração eficaz de políticas públicas, desenvolver as potencialidades da região e preservar o espaço natural. No entanto, no Brasil, em âmbito municipal, ainda existe forte deficiência de políticas públicas voltadas às questões ambientais. Os temas de saúde, segurança e educação, ainda imperam nas campanhas de governo e até mesmo, entre a população, a qual não dispõe de serviços públicos eficazes e que não veem a preservação ambiental como uma prioridade a ser seguida pelos governantes.

Em relação à realidade do Cariri Paraibano, o grande desafio dos governos municipais, em suas prerrogativas Executiva e Legislativa deve-se a possibilidade de viabilizar políticas públicas para promover o desenvolvimento dos municípios, dinamizando as potencialidades para ascensão do espaço urbano em consonância com novas condições para a área rural, criando meios para convivência no semiárido e conservação do homem no campo. Essas são questões apresentadas aos gestores e políticos locais como medidas inovadoras para legitimar as formas de representação política.

Assim, por serem questões que precisam de solução urgente, assuntos e políticas voltadas ao meio ambiente, correm o risco de não serem atendidos pelos gestores públicos, no período decampanha e no curso dos mandatos.

A ausência de políticas ambientais na esfera municipal são reflexo da ineficiência de planejamento, da ausência de recursos para esta área e muitas vezes, por não ter do gestor público municipal o reconhecimento necessário sobre a importância de investimentos,

fiscalização e planejamento ambiental, passando a não ser vista como uma prioridade governamental.

Nesse artigo buscar-se-á realizar uma análise sobre alguns problemas referentes à questão ambiental, que afetam diretamente a região do cariri paraibano, relacionando essas questões ambientais com o posicionamento adotado pela administração da Prefeitura Municipal de Sumé-Paraíba, nos períodos de 2010 a 2012, para sanar tais situações.

METODOLOGIA

O trabalho foi realizado no município de Sumé-PB, na região do cariri paraibano, no período de março a abril de 2013.

Assim, buscou-se traçar uma visão geral e uma análise crítico-científica, através de um estudo bibliográfico e de campo sobre os investimentos realizados pela administração pública municipal de Sumé, no que se refere às questões ambientais, tendo como parâmetro, observações *in locode* alguns dos problemas ambientais existentes na região e a análise dos balanços orçamentários do município de Sumé, disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, referentes ao período de 2010 a 2012. Importante destacar o número populacional das cidades que tiveram sua produção legislativa avaliada, onde segundo dados de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em Sumé - PB, o número de habitantes é de 16.060.

A partir dos dados coletados, foi possível aplicação de tabelas, realizar comparações e avaliações, tendo como base as diversas informações de indicadores que buscam apresentar as variações dinâmicas de fatores ambientais durante o período determinado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escassez de estudos que relacionam as questões ambientais atreladas às políticas públicas é acentuada em todo o Brasil. Mais ausente ainda, são os estudos que buscam avaliar as políticas ambientais executadas pelos gestores públicos, em regiões específicas da Paraíba, as quais muitas vezes são carentes de políticas adequadas ao meio ambiente.

Cavalcanti (1995, p.89) descreve: “Nenhuma atividade humana que se pretenda duradoura pode ser levada a efeito desconhecendo-se o impacto que tem sobre o meio ambiente”. Ou seja, é fundamental que o ser humano que almeja resultados duradouros em termos de desenvolvimento social, econômico e ambiental leve em consideração os alcances e impactos de suas políticas e intervenções.

A necessidade de manutenção e preservação ambiental, pautada em um desenvolvimento sustentável, e a utilização racional dos recursos, coloca a questão ambiental, como um assunto o qual se deve ter atenção especial. A Constituição Federal de 1988 inseriu o meio ambiente entre as matérias que podem ser tratadas de forma comum entre a União, Estados, Municípios e Distrito Federal, onde diversos setores do governo tem a incumbência comum de proteger o meio ambiente.

Para Silva (2011) no Brasil, existe um substancial número de municípios que sequer possuem alguma estrutura no seu organograma que contemple a discussão de questões ambientais, e muito menos sobre setores específicos para tratar de tal tema e de seus desdobramentos, como a questão da reciclagem, preservação ambiental e educação ambiental. Destarte, torna-se comprometido o alcance de metas e a melhoria da qualidade de vida nos municípios que buscam desenvolvimento econômico, social e cultural, cometendo erros grotescos na sua administração pública.

Silva (2011) constata a carência de estrutura para lidar com as questões ambientais nos municípios que fazem parte da microrregião do cariri paraibano. Afirma que dos 29 (vinte e nove) municípios, 19 (dezenove) não possuem um órgão específico que trate de assuntos ambientais. Sendo esse um pré-requisito básico para que se comece as discussões na esfera municipal.

Sendo assim, a educação ambiental é um fator de extrema importância, e que se o homem tivesse sido educado para cuidar da natureza, com responsabilidade e conhecimento, muitos livros e pesquisas mostrando ao homem os danos por não preservar o meio ambiente, seriam desnecessários (FERREIRA 2006).

Ferreira (2006, p. 33) destaca que:

O processo de gestão ambiental considera muitas variáveis de um processo de gestão, por exemplo, o estabelecimento de políticas, planejamento, um plano de ação, reserva de recursos, determinação de responsabilidades, decisão, coordenação, controle, entre outros. Visando principalmente ao desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, entende-se que o processo de gestão ambiental necessita de intenso planejamento, responsabilidades estabelecidas e controle efetivo para que se busque a promoção do desenvolvimento sustentável.

Os problemas decorrentes da má administração pública municipal no Brasil pode se dá em decorrência de duas hipóteses: a ausência de profissionais qualificados para realmente executar uma política pública e a ausência de uma cultura organizacional, de se avaliar os resultados das políticas (MILARÉ, 2004 *apud* SILVA, 2011).

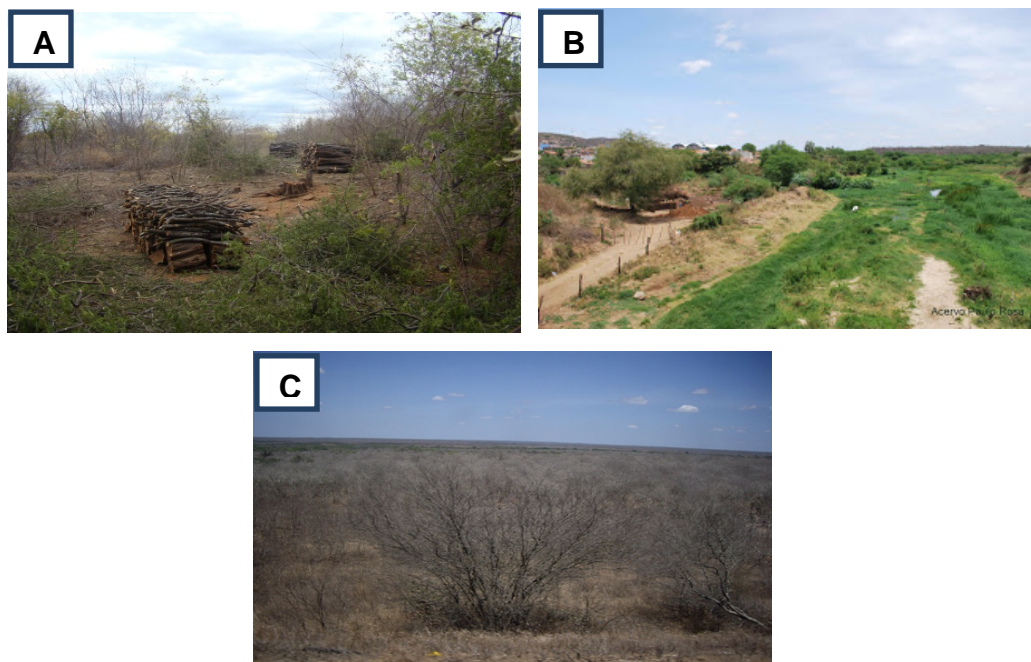
Contudo, na região do cariri, segundo afirma Silva (2011), cerca de 41,2% das suas prefeituras, considerando 12 (doze) prefeituras que não informaram, possuem gestores responsáveis pela área ambiental com nível superior completo, e 17,6% já possuem pós-graduação. E ainda 17,6% das prefeituras do cariri, possuem gestores cursando o nível superior.

3.1 Problemas ambientais que afetam a região do cariri paraibano

Em toda a região do cariri paraibano, existem problemas ambientais intensos, e que precisam ser consideradas pelos gestores públicos como essenciais nas suas administrações. Dos quais vale citar: áreas degradadas; assoreamento dos rios; desertificação, conforme destacadas na Figura 1.

Na cidade de Sumé, áreas degradadas (figura A) estão espalhadas dentro de todo o território, com a exploração ilegal de madeira, produção de carvão e queimadas. Já a (figura B) relata o assoreamento do Rio Sucuru no município, que é a interrupção do fluxo do rio devido a grande concentração de areia, causando redução e obstrução da correnteza e naturalmente essas fontes não conseguem chegar ao destino final; a desertificação é outro fator que afeta o município e toda a região do cariri paraibano, se caracteriza pela mudança do ambiente, que pouco a pouco vai se transformando em deserto, como exposto na (figura C). Todavia, vale ressaltar que todas essas questões se constituem como um desafio à administração pública municipal e à sua equipe de gestão.

Figura 1. Área degradada (A), Rio Assoreado (B), Desertificação (C)



3.2 Investimentos da administração pública da cidade de Sumé, sobre as questões ambientais.

Buscando avaliar a participação do município ante a responsabilidade coletiva de preservação do meio ambiente e gestão ambiental, foram coletadas informações da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, referentes ao período de 2010 a 2012. Conforme registrado na Tabela 1, sobre a área denominada Gestão Ambiental, observa-se que no município de Sumé – PB, de acordo com os balanços orçamentários anuais da prefeitura municipal, não foram realizados investimentos no que compreende à área de Gestão Ambiental, sendo essa ausência de investimento, um forte entrave para o desenvolvimento da região.

Sobre as despesas por função, verifica-se que na Tabela 1, nenhum valor foi destinado ao controle ambiental no município. Importantes áreas da gestão ambiental, tais como, a recuperação de áreas degradadas – a qual tem impacto direto na qualidade e disponibilidade de águas – questões meteorológicas, e outros fatores inerentes aos recursos hídricos, não foram áreas que tiveram investimentos priorizados pelo município.

Tamanho desinteresse público municipal para investimento em questões ambientais incorre na extensão de problemas sociais crônicos, os quais, sem investimentos nessas áreas, o município dificilmente apresentará capacidade técnica e financeira suficiente para sua resolução. Neste ponto, os problemas ambientais tornam-se ainda mais complexos, e tratando-se de políticas de acesso aos recursos hídricos, o município tem tomado apenas medidas paliativas.

As informações constantes na Tabela 1, salientam que no município de Sumé – PB, durante o período de 2010 a 2012, os recursos públicos municipais – não são diretamente voltados às questões que viabilizem o acesso à água e à preservação de mananciais.

Tabela 1. Dados contábeis consolidados municipais - balanço orçamentário - despesas por função. Município: Sumé-PB em (2010, 2011 e 2012)

CAMPO	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR
98	00018	Gestão Ambiental = (99+...+104)	0,00
99	18541	Preservação e Conservação Ambiental	0,00
100	18542	Controle Ambiental	0,00
101	18543	Recuperação de Áreas Degradadas	0,00
102	18544	Recursos Hídricos	0,00
103	18545	Meteorologia	0,00
104	18999	Demais Subfunções - Gestão Ambiental	0,00

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN, 2015.

CONCLUSÕES

Diante do exposto, deve-se buscar promover um planejamento ambiental que contemple a elaboração de políticas públicas ambientais para o cariri paraibano, região que ainda mantém ampla diversidade de fauna e flora, na Caatinga - bioma único em todo o mundo. O atual comportamento da administração pública passa a ser um reflexo do quanto nosso estilo de vida e nossas decisões políticas, contribuem para o relapso ambiental e a sua degradação alarmante.

A luta diária da grande parte da população brasileira, onde a preocupação maior é com o seu sustento e com interesses pessoais, somados a um baixo grau de educação escolar básica e ausência cultural, facilitam a livre tomada de decisão do parlamentar e o induz a uma política individual com seus eleitores e a não contemplação das soluções para os problemas sociais.

Os problemas que pairam sobre os municípios brasileiros, muitas vezes se transformam em combustível para a barganha recíproca entre o representante e o representado. Tal comportamento reflete-se diretamente nos problemas ambientais enfrentados pela sociedade, gerando danos, muitas vezes, irreparáveis ao meio ambiente e ao espaço social.

Articular e envolver os diversos agentes públicos e privados que atuam no município, buscando o desenvolvimento local é a chave para o êxito de programas desenvolvimentistas (SILVA JÚNIOR; PASSOS, 2006). No entanto, não basta apenas implantar a política pública, é necessário acompanhar sua execução e analisar ao final quais foram seus frutos, se realmente atendeu ao objetivo para a qual foi criada.

Para isso, cada vez mais, é indispensável, que o corpo da administração pública esteja comprometido em sanar os problemas existentes na região, além de sensíveis às necessidades da população e à dinâmica mundial que a cada dia clama por melhores condições de saúde, educação, saneamento básico e recursos financeiros trazidos através da oferta de emprego.

REFERENCIAS

ANDRADE, A. P. de. *et al.* Produção animal no semiárido: o desafio de disponibilizar forragem, em quantidade e qualidade, na estação seca. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE CAPRINOS E OVINOS DE CORTE, 3., João Pessoa-PB. **Anais...** João Pessoa-PB, 2006. p. 1-14.

ARAÚJO FILHO, J.A; CARVALHO, F. C. de. Desenvolvimento sustentado da Caatinga. In: ALVAREZ V. (Eds.). O solo nos grandes domínios morfoclimáticos do Brasil e o desenvolvimento sustentado. Viçosa: SBCS: 1996. p.125-133.

ARAÚJO, E.L.; SILVA, S.I.; E.M.N. FERRAZ. **Herbáceas da Caatinga de Pernambuco**. Editora Massagana, Recife, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Tesouro Nacional. Balanço Orçamentário. Disponível em: <https://www.contaspublicas.caixa.gov.br/sistncon_internet/index.jsp>. Acesso em: 16 Fev. 2016.
168p. (Série Legislação Brasileira).

CAVALCANTI, C. Algumas reflexões sobre desafios da economia ecológica em busca de um mundo sustentável. In: FIGUEIREDO, M. A. B.; LIMA, J. R. T. **Agroecologia: conceitos e experiências**. Recife: Edições Bagaço, 2006. cap.1.3, p. 89-100.

FERREIRA, A. C. S. **Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável**. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2006. 138p.

PRADO, D.E. As Caatingas da América do Sul. In: LEAL, R.I.; TABARELLI, M.; SILVA, J.M.C. da. **Ecologia e conservação da Caatinga**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003. 823p.

SÁ, I. B. et al. Desertificação no semiárido brasileiro. In : CONFERÊNCIA INTERNACIONAL: CLIMA, SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO EM REGIÕES SEMIÁRIDAS, 2., Fortaleza-CE. **Anais...** Fortaleza-CE, 2010. p. 1-18.

SAMPAIO, E.V.S.B. et al. Overview of the Brazilian Caatinga. In: BULLOCK, S.; MOONEY, H.; MEDINA, E. Seasonally dry tropical forests. 1a ed. CAMBRIDGE, **CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS**, v.1, p. 35-63, 1995.

SILVA JÚNIOR, J. R.; PASSOS, L. A. O negócio é participar: a importância do plano diretor para o desenvolvimento municipal. Brasília DF: CNM, SEBRAE, 2006. 32 p.

SILVA, J. I. A. O. A dimensão ambiental como política pública e condicionante para o desenvolvimento. In: MELO, C. A. V.; SOARES, K. C. C. **Instituições, gestão pública e desenvolvimento sustentável**. Recife: Editora Nossa Livraria, 2011. cap. Meio Ambiente, p. 247-288.

VELLOSO, A.L., SAMPAIO, E.V.S.B., PAREYN, F.G.C. Ecorregiões – Proposta para o bioma caatinga. Resultado do Seminário de Planejamento Ecorregional da Caatinga, Aldeia-PE. **MMA**. Nature Conservancy do Brasil e PNE, 2002.